

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO, Diretor Presidente

BERNARD DA COSTA CAMPOS, Diretor

J. A. DO NASCIMENTO BRITO, Vice-Presidente Executivo

J. B. LEMOS, Editor

WALTER FONTOURA, Diretor

MAURO GUIMARÃES, Vice-Presidente

Sem Novidades *Dívida Ext.*

A reunião dos países latino-americanos para tratar da dívida externa, que se realiza em Cartagena, na Colômbia, mudou muito de tom desde a sua convocação. No começo consistia, indubitavelmente, num balão de ensaio destinado a sondar as chances de constituição de um cartel de devedores. Supunham os mentores da idéia que essa simples hipótese iria determinar a mudança nas regras de jogo.

Deixaram de levar em conta tão-somente duas circunstâncias básicas: 1) o Brasil concluirá satisfatoriamente sua negociação com os banqueiros internacionais, não tendo por que suscitar dúvidas quanto à sua disposição de dar cumprimento aos compromissos assumidos; e 2) o México vinha registrando sucesso no programa de ajustamento interno, o que prenunciava a obtenção de melhores condições na futura rodada de negociações. Seu simples enunciado serve para evidenciar a disparidade de situações vigente na América Latina, desde que outros países se encontram em grande atraso e, entre eles, a Argentina cujo governo deixou-se envolver por uma retórica contraprodutiva, da qual provavelmente não escapará de colher frutos amargos.

A característica na América Latina consiste na diferenciação dos interesses nacionais. Antes de mais nada, é notória e significativa a distinção entre as Américas Portuguesa e Espanhola. E a comunidade de língua desta última está longe de apontar na direção da unidade. De sorte que, se não cabe instigar rivalidades, tampouco é lícito subestimá-las. Que avanços foram alcançados nos últimos vinte anos na constituição de mercados regionais?

A suposição de que a dívida poderia tornar-se uma idéia força capaz de reconstituir o combalido tecido da unidade latino-americana só poderia resultar de uma análise superficial. Do ponto-de-vista brasileiro, basta consignar que, se devemos naturalmente cultivar relações de boa vizinhança com os países da América do Sul, não podemos esconder que

nossa propósito maior consiste em coroar o processo de modernização econômica, a fim de tornar irreversível nossa posição entre as grandes economias do Ocidente.

Todo este conjunto de fatos, como não poderia deixar de ser, acabou por impor-se à fantasia, e o encontro da Colômbia não trará qualquer surpresa. Os principais patrocinadores da reunião, a começar do Brasil, deixarão claro que a negociação da dívida tem um caráter eminentemente técnico, o que impõe seja efetivada diretamente com os emprestadores. Os débitos externos têm, simultaneamente, conotação política, sendo razoável que se procure criar um clima favorável à obtenção de juros mais reduzidos e de reescalonamento por períodos mais dilatados. Sua conquista, entretanto, supõe que se evite qualquer confrontação. O mais plausível é que a reunião de Cartagena se transforme num instrumento de pressão no sentido de que seja por todos adotada uma posição realista, a começar dos governos que fazem pouco caso do ajustamento econômico interno.

A principal alegação contra o atual processo de negociação da dívida externa diz respeito à exigência de controle da inflação, tornada condição para que o FMI a avalize. Mas quem devia ser o principal interessado nesse combate, senão suas próprias vítimas? O que estamos presenciando na verdade é a revivescência das surradas teses da Cepal, que fracassaram no passado quando, de fato, criaram as bases para as ascensão dos governos militares e não têm hoje qualquer credibilidade.

Os êxitos recentes alcançados pelos países desenvolvidos, em contrapartida, comprovam a eficácia da receita ortodoxa, bastando ainda uma vez invocar o exemplo da França sob governo socialista. Só haverá, portanto, um único caminho a trilhar: a negociação de cada um dos devedores diretamente com os banqueiros internacionais, e com o aval do FMI.